

A meta-história de Hayden White: uma crítica construtiva à “ciência” histórica¹

Paul Sutermeister*

O homem é a medida de todas as coisas.
Protágoras

Faz algumas décadas que o historiador norte-americano Hayden White² propôs uma teoria *meta-histórica* através da teoria literária. Considerando a historiografia como narrativa, ele começou a desafiar construtivamente os historiadores, sua consciência e sua prática. O debate já tem aproximadamente trinta anos, mas vale a pena lembrá-lo, pois serve também para outros campos de conhecimento (veja *metageografia*³).

Os argumentos apresentados são baseados em textos-chave de White (especialmente a *Meta-história* (1995)) por um lado e, por outro, numa seleção de literatura secundária; tentamos captar o mais essencial da problemática. Consideramos quatro partes: 1) as origens e o conteúdo da teoria de White, 2) como White critica outros historiadores, 3) como White é criticado por outros historiadores e 4) porque a teoria de White representa uma abordagem construtiva para historiografia.

1) A obra principal de Hayden White é intitulada *Meta-história*, conceito que significa “estudo referente à história enquanto historiografia; por exemplo, o estudo da linguagem, ou linguagens, da historiografia”⁴. Nessa obra, White diz que todo trabalho histórico utiliza como “veículo” a narrativa, ou seja, utiliza uma representação ordenada e coerente de eventos/acontecimentos em tempo sequencial. Ele conclui que toda explanação histórica é retórica e poética por natureza (WHITE, 1995, p. 11).

Para chegar a essa conclusão, White analisa quatro historiadores, Jules Michelet, Leopold von Ranke, Alexis de Tocqueville, e Jacob Burckhardt, e quatro filósofos da história, G. W. F. Hegel, Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Benedetto Croce. Nesses autores ele identifica quatro estilos retóricos – *tropos* – considerados como estratégias poéticas que os historiadores usam para construir seus textos: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Ele também identifica quatro gêneros literários pelos quais os historiadores entendiam o processo histórico em seus trabalhos: estória romanesca, tragédia, comédia e sátira. White chama esses gêneros literários de *emplotment*

1 Este artigo é parcialmente traduzido de meu artigo “Hayden White, history as narrative: a constructive approach to historiography”, disponível em: <http://www.grin.com/e-book/109135/hayden-white-history-as-narrative-a-constructive-approach-to-historiography> [acesso em: 31 março 2008]

* Mestrando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo. Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade de Genebra (Suíça).

2 Hayden White é professor emérito de história da consciência da Universidade de Califórnia, Santa Cruz (Estados Unidos).

3 Falamos de *metageografia* “ao tomar a própria produção teórica da geografia acadêmica como objeto de sua análise e interpretação”. MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002. p. 14.

4 Definição de FERRATER MORA, José. **Dicionário de Filosofia**, tomo III (K-P), São Paulo: Edições Loyola, 2001, p.1956.

(“elaboração de enredo”; WHITE, 1995, p. 12), seguindo a teoria de ficções de Northrop Frye (THOMPSON, 2004, p. 130).

White argumenta que os quatro historiadores analisados por ele tinham outras mensagens por detrás das narrativas que eles queriam comunicar, ou seja, que o passado histórico foi um meio, mas não a mensagem do trabalho histórico (MANNING, 2003, p. 310). Comparavelmente às boas narrativas, os trabalhos históricos conduziram o leitor suavemente mas diretamente à conclusão que o autor tem em mente (MANNING, 2003, p. 309). Sua concepção de obras históricas como “artifícios” literários funde a distinção entre história e “estória”. Essa dicotomia entre história enquanto relato sobre o passado e história enquanto ficção não existe na maioria das outras línguas européias, como *Geschichte* é igual à *Geschichte*, *storia* é igual à *storia*, e *histoire* é igual à *histoire*. No caso do inglês, Wilson (1999, p. 114) supõe que a distinção entre *history* e *story* tem mais a ver com as características da língua inglesa do que com uma descrição precisa de diferenças últimas entre história e narrativa.

A obra de White contextua-se no *linguistic turn* (WILSON, 1999, p. 111), tendência nas ciências humanas que dá prioridade à linguagem; estimulou a “historiografia pós-modernista” que é crítica relativo à “verdade científica”. O historiador Gilderhus (2000, p. 134-135) situa White na linha dos seguintes autores: Nietzsche, que “rejeitou a história como uma forma de conhecimento argumentando que não poderiam existir relatos objetivamente verificáveis independentemente das parcialidades e inclinações do historiador”; Lévi-Strauss que “remeteu em questão as reivindicações que a racionalidade científica ocidental possuiria alguma superioridade intrínseca sobre formas míticas do pensamento”; Saussure que observou que “a linguagem molda imagens da realidade mas não se refere a essa”. Em trabalhos subsequentes de Foucault, Derrida, de Man, Barthes, e Hayden White, uma concepção de linguagem emergiu como sistema independente de sinais e símbolos, que se referem não a algo externo mas somente a si mesmos. Gilderhus (2000, p. 134-135) cita Iggers: “o historiador sempre está preso ao mundo dentro do qual ele se pensa, e seus pensamentos e percepções estão condicionados pelas categorias de linguagem nas quais ele opera”.

2) A obra de White contém uma crítica radical à historiografia e à consciência dos historiadores. Seu conceito de *história-narrativa* põe em questão as pretensões de verdade e a objetividade do trabalho dos historiadores (WILSON, 1999, p. 111). As narrativas históricas seriam ficções verbais, seus conteúdos seriam tanto inventados quanto comprovados, e elas teriam mais em comum com suas contrapartidas da literatura do que com ciência. Como ele diz, enquanto as narrativas históricas vêm de fatos ou eventos empiricamente válidos, precisa-se necessariamente de passos “imaginativos” para colocar esses “fatos” em uma história coerente (IGGERS, 1997, p. 2); as narrativas também somente representam uma *seleção* de eventos históricos. White chama de *não-disconfirmabilidade* (*nondisconfirmability*) o fato de que todas narrativas históricas serem igualmente plausíveis, ou igualmente falsas (FULBROOK, 2002, p. 29). Desta maneira, ele questiona a veracidade da historiografia (GILDERHUS, 2000, p. 130).

White diz que a ciência histórica falha se sua intenção for a reconstrução objetiva do passado, pois o processo envolvido é um processo literário da narrativa interpretativa, e não se trata estritamente de empirismo objetivo ou de teorização social. Assim, nós temos que levar em conta as estratégias retóricas, metafóricas e ideológicas que os

historiadores empregam para explicar o passado (MUNSLOW, 1997, p. 9). As narrativas explicam porque os eventos aconteceram, mas são dominadas por suposições do historiador sobre as forças que influenciam a natureza da causalidade. As narrativas são subjetivas, necessariamente influenciadas pelo narrador: circunstâncias políticas, classe social, contexto histórico no qual o historiador vive, cultura, sua localização / perspectiva geográfica / região, raça, sexo etc.. Então, enquanto fragmentos do passado podem ser verdadeiras, a narrativa como uma coleção ordenada desses fragmentos é mais que sua soma (MUNSLOW, 1997, p. 10).

3) Os historiadores oferecem, de maneira geral, as seguintes críticas à teoria de Hayden White:

A argumentação de White é considerada como formalista demais, “desconhecendo o significado do conteúdo do trabalho de um historiador” (“downplaying the significance of the content of the historian’s work”, THOMPSON, 2004, p. 130). As críticas dizem que, dada a natureza do tempo (CARR, 1986, p. 94-95), narração é a única representação realista do passado (BENTLEY, 1997, p. 855). O fato de que a realidade histórica seja acessível somente através da *língua* não deveria permitir afirmar que nós somente teríamos que estudar a linguagem (NOIRIEL, 1998, p. 124-125).

Além disso, White foi criticado por basear seus argumentos só em trabalhos históricos do século XIX, não incluindo a história contemporânea que poderia ser considerada como renovada, como mais “esclarecida” (“enlightened”); Carrard (1998, p. 5), por exemplo, repreende White por ignorar os *Annales*. A identificação de somente quatro gêneros literários, todos da tradição literária ocidental, e quatro estilos retóricos básicos, também é controversa (THOMPSON, 2004, p. 59): os argumentos de White parecem construídos arbitrariamente.

Críticas conceituais alegam que a teoria de White não tem nada para oferecer aos historiadores e visaria somente a prejudicar a historiografia tradicional. Thompson comenta que o conceito de *história-narrativa* tem um status de uma “teologia com nenhuma fundamentação”, além das indiscutíveis “posições” de White e outros “profetas” (THOMPSON, 2004, p. 26: the concept of *history as narrative* has a status of a “theology with no foundation” beyond the indisputable “gospels” of White and other “prophets”), e que o pensamento de White emergiu e teve seu sucesso durante a “náusea da ressaca de 1968” (“nausea of the 1968 hangover” THOMPSON, 2004, p. 22-23). A observação de Thompson mostra a irritação de alguns historiadores.

Os críticos de White defendem o valor do trabalho histórico: o trabalho depende de uma dura pesquisa arquivística, de um cauteloso cuidado para evitar a falsificação, operando, assim, com uma noção de verdade (IGGERS, 1997, p. 140). Os historiadores não inventariam nada, eles operariam dentro de sistemas de hipóteses, conhecimento e questões que são preexistentes e coletivamente desenvolvidas (FULBROOK, 2002, p. 67). O trabalho dos historiadores evidenciaria o passado de maneira abrangente e tentaria estabelecer uma interpretação do passado que serviria a outras ciências humanas. O trabalho traria à tona as épocas, as condições e as mentalidades estudadas (THOMPSON, 2004, p. 62). Como dizem os historiadores, a criatividade e a imaginação entrariam inevitavelmente no trabalho histórico, porque historiadores são *seres humanos* (FULBROOK, 2002, p. 73).

Carlo Ginzburg (1999, p. 49), historiador italiano conhecido pelos seus estudos micro-históricos, é um dos oponentes principais de White. Ele o responsabiliza por eliminar o

pressuposto da verdade da pesquisa como principal tarefa do historiador (mas ele reconhece no mesmo contexto que o debate sobre a verdade é a questão intelectual mais importante). Segundo Ginzburg, o relativismo de White seria tão perigoso que poderia ser até mesmo responsável pelo revisionismo “negacionista”, fenômeno que “envergonha” os historiadores. Por exemplo, seguindo o raciocínio de Ginzburg, seria possível concluir que as relações entre acontecimentos históricos existem somente na mente do historiador. Se nós acreditássemos nisso, teríamos que dizer que não há conexões reais entre coisas diferentes que aconteceram no passado. Por exemplo, que não haveria conexão alguma entre a nomeação de Hitler como Chanceler (*Reichskanzler*) da Alemanha em 1933, e o Holocausto de 1941-5 (FULBROOK, 2002, p. 66) – uma conclusão perversa.

Ginzburg nos oferece o “método” *micro-histórico*, o que significa analisar fenômenos numa escala de observação muito reduzida, o mais exaustivo possível na exploração das fontes. Mas mesmo um micro-historiador como ele é *seletivo*, preferindo alguns exemplos “representativos” de fenômenos no passado - e ignorando outros - a fim de criar seu argumento próprio. Ginzburg admite também que existe a “armadilha historiográfica” (STONE, 1979, p.21) de querer alcançar resultados significativos às expensas de rigorosidade científica. Afinal, ele não sai do dilema entre ciência e retórica, como revela bem o livro *Hayden White, Carlo Ginzburg e o problema da linguagem na historiografia* (que ainda não foi traduzido ao português) no qual o historiador austríaco Alessandro Barberi (2000) analisa e desconstrói a oposição entre os dois historiadores.

4) Argumentamos que White pretendeu salvar a ciência histórica de uma crise mais geral (SOUTHGATE, 2003, p. 17), crise que se reflete nas correntes contraditórias que surgiram ao longo do século XX, cada uma tentando de aumentar a credibilidade da “ciência” histórica: neo-marxismo, Annales e cliometria (como descrito por STONE, 1979, p.5-6). Querendo *parecer* científica e objetiva, por exemplo substituindo a narração pela quantificação, a história teve “represada e negada para si mesma sua fonte maior de força e renovação” (citando WHITE; FULBROOK, 2002, p. 55: history had “repressed and denied to itself its greatest source of strength and renewal”). O objetivo de White é, como ele mesmo diz, “resgatar” (“rescue”) a história, admitindo que a narrativa continua sendo a manifestação principal da historiografia, mas que isso implica reconhecer o problema da cientifidade (problema adequadamente descrito por STONE, 1979).

White estimulou o debate sobre a natureza do conhecimento histórico entre, por um lado, historiadores que temem questões epistemológicas profundas e outros que não temem essas questões. Ele criticou o “empirismo ingênuo” (“naïve empiricism”) e chamou a atenção para questões teóricas chaves sobre a verdade e a objetividade, questões que todos os historiadores devem encarar (FULBROOK, 2002, p. i). Talvez exagerando a importância de White poder-se-ia dizer que, por negar verdades universais, White criticaria o racionalismo ocidental percebido muitas vezes como justificativa para o uso e abuso de poder e autoridade (GILDERHUS, 2000, p. 134). White teria contribuído para que a ciência histórica deixaria de servir a elites brancas masculinas de origem européia (depois de White, história “devoted exclusively to the activities of white male elites of European extraction is no longer the standard”) (GILDERHUS 2000, p. 136).

1992. (Primeira edição de 1987: **The content of the Form**: Narrative Discourse and Historical Representation. Baltimore: Johns Hopkins University Press.)

WILSON, Norman J. **History in crisis?**: recent directions in historiography. Upper Saddle River NJ USA: Prentice-Hall, 1999.